Bolsas
Na quarta-feira
2,68% São Paulo
0,19% Nova York

Pontuação B3
IBovespa nos últimos dias
205.082 (23/10) — 171.006 (28/10)

Na quarta-feira
R$ 5,340
(- 0,19%)

Dólar

	Últimos
21/outubro	5,027
22/outubro	5,039
23/outubro	4,992
26/outubro	5,402
27/outubro	5,350

Salário mínimo
R$ 1.621

Euro
Comercial, venda na quarta-feira
R$ 5,960

CDI
Ao ano
13,65%

CDB
Prefixado 30 dias (ao ano)
13,60%

Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Maio/2026	0,58
Junho/2026	0,16
Julho/2026	0,07
Agosto/2026	-0,32
Setembro/2026	0,82

CASO MASTER-BRB

PF indicia Vorcaro, PHC e outras 13 pessoas

O ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa está entre os indiciados. A acusação é fruto da operação Compliance Zero, que investiga fraude na tentativa de compra do Master pelo banco público de Brasília, que teria perdido pelo menos R$ 8 bi

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA
» RENATO SOUZA
» BEATRIZ VASCONCELOS*

Ed Alves/CB/D.A Press



Preso desde abril, o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa foi indiciado pela PF por gestão fraudulente e organização criminosa

> **Trata-se de um ato açodado e afoito, que antecipa conclusões que a própria investigação admite ainda não ter alcançado"**
>
> ***Defesa de Daniel Vorcaro,*** *em nota*

A Polícia Federal enviou, ontem, ao Supremo Tribunal Federal (STF) um relatório parcial do indiciamento do ex-dono do Banco Master, Daniel Vorcaro, o ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa, além de outras 13 pessoas que, para a PF, estariam envolvidas na fraude envolvendo o Master e o BRB.

O então diretor do Banco de Brasília é acusado de participar da oficialização da compra de títulos de crédito inexistentes do Banco Master, instituição comandada por Vorcaro até o Banco Central liquidá-lo, em novembro de 2025. A operação que oficializou a compra de títulos do Master pelo BRB, segundo a própria instituição, causou prejuízo de cerca de R$ 8 bilhões.

Com mais de 700 páginas, o relatório do indiciamento foi resultado das primeiras e quartas fases da Operação Compliance Zero. Segundo a PF, o documento é parcial e a investigação ainda será ampliada, com a conclusão de novas perícias e apresentação de um relatório complementar sobre possíveis envolvimentos das pessoas indiciadas em crimes financeiros. Para isso, a PF pediu ao STF, junto ao material enviado ontem, um prazo adicional de 60 dias.

O documento produzido pela PF, assim como o pedido por maior prazo, será analisado pelo ministro André Mendonça, o relator da Operação Compliance Zero no STF.

Defesas

Daniel Vorcaro e Paulo Henrique Costa estão presos no 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, conhecido como Papudinha, localizado no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.

Em nota, a defesa de Vorcaro classificou o indiciamento como "ato açodado e afoito" e afirmou que o relatório repete a narrativa de um ano atrás, sem fato ou prova novos. Segundo os advogados do ex-banqueiro, a própria PF teria reconhecido que há perícias em andamento e pessoas relevantes não ouvidas, e nenhuma perícia oficial apurou prejuízo ao BRB. A defesa sustenta ainda que a relação entre Master e BRB é matéria cível, e não criminal, e pede o arquivamento do inquérito e a revogação da prisão preventiva de Vorcaro.

A defesa de Paulo Henrique Costa, indiciado por gestão fraudulenta e organização criminosa, disse ter recebido o indiciamento "com surpresa" e afirmou que a PF submeteu os fatos às suas hipóteses acusatórias. Segundo os advogados, mensagens e depoimentos mostram que Costa não sabia das fraudes nas carteiras, e foi quem as detectou, exigindo R$ 25 bilhões em garantias e comunicou o caso ao Banco Central. A defesa afirma que não há vantagem financeira apontada contra ele, que todas as decisões eram colegiadas e que ele tinha alçada zero. Também reclama que a prisão preventiva, de mais de 180 dias, não foi revista, e diz confiar que a PGR descartará as acusações.

Novos indiciamentos

A Polícia Federal também dará andamento à conclusão de investigações que apuram possíveis envolvimentos de políticos e outros empresários no cometimento de crimes financeiros. Pessoas próximas a André Mendonça projetam que a passagem das eleições — finalizadas no último domingo, com a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) — dará celeridade ao andamento das investigações e, por consequência, com novos indiciamentos nos próximos meses.

Entre os casos pendentes de indiciamento pela PF, estão as suspeitas de que o senador Jaques Wagner (PT-BA) recebeu um apartamento avaliado em R$ 2,45 milhões do banqueiro Augusto Ferreira Lima, ex-sócio do Banco Master e de Daniel Vorcaro, e outros benefícios em troca de "favores". O parlamentar, que respondeu em operação de busca e apreensão em junho deste ano, nega irregularidades na relação com o banqueiro Augusto Ferreira Lima.

Outro político investigado por suposto envolvimento com o Banco Master em fraudes financeiras, o presidente do PP, Ciro Nogueira (PP-PI), é apontado por, supostamente, ter recebido propina de Daniel Vorcaro para elaborar uma emenda propondo a ampliação da garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de R$ 250 mil para R$ 1 milhão.

Esse trecho, que segundo a PF teria sido escrito pelo Banco Master, seria incluído na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que prevê a autonomia administrativa, financeira, orçamentária, contábil, operacional e patrimonial ao Banco Central do Brasil. Porém, a PEC não chegou a ser votada no Congresso.

O parlamentar nega as acusações da Polícia Federal de que teria apresentado uma emenda redigida pelo Banco Master ou recebido pagamentos ilícitos do banqueiro Daniel Vorcaro.

*** Estagiária sob a supervisão de Edla Lula**

TRIBUTOS

Estados aumentam ICMS de combustíveis

» RAFAEL PATI

Reprodução/Cade



Os estados alegam que a correção vai reequilibrar as contas públicas

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) determinou, ontem, um novo reajuste no Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. A partir de fevereiro do ano que vem, as alíquotas passam a ser de R$ 1,64/L para a gasolina, R$ 1,30/L para o diesel e R$ 1,54/kg para o Gás Liquefeito de Petróleo (GLP), o "gás de cozinha". A decisão estabelece o quarto aumento consecutivo promovido pelos estados desde a implantação do modelo de valor fixo, aprovada no Congresso Nacional em 2023.

A decisão ocorre em meio à valorização do petróleo no cenário internacional, que ainda opera acima dos US$ 100, o barril, no caso do tipo Brent. No Brasil, o governo deixou de utilizar o Preço de Paridade de Importação (PPI) em 2023, e não acompanha necessariamente o valor praticado no exterior, apesar do país ainda exportar uma quantidade significativa de óleo diesel.

"Dado o cenário de instabilidade mundial dos preços dos derivados de petróleo, os estados monitoram e avaliam abreviar os termos da lei complementar quanto à atualização dos valores do diesel, assumindo o compromisso de cooperar por meio de esforços que concorram para o interesse do povo brasileiro", destacou o Confaz, em comunicado publicado ontem.

Como a decisão vale apenas para fevereiro do ano que vem, o impacto nas bombas deve ser sentido com mais força apenas em 2027. No entanto, a especialista de Relações Governamentais para o setor de Energia na BMJ Consultoria, Luciana Rodrigues, pondera que o mercado internacional seguirá adicionado forte volatilidade ao preço final, devido ao cenário em que o reajuste tributário ocorrerá em meio à pressão dos conflitos no Oriente Médio.

"Mesmo com a atual política de subvenção do governo brasileiro, o impacto final ao motorista não dependerá apenas do ICMS, ou seja, o consumidor absorverá a soma do reajuste do tributo, a manutenção ou retirada das subvenções federais, as margens de lucro dos postos e o custo do repasse de importação. No caso do diesel e biodiesel, o impacto direto estimado é de R$ 0,13 centavos por litro. Já para a gasolina e o etanol, o acréscimo deve ser de R$ 0,07 por litro", avalia a especialista.

A especialista destaca que o principal argumento dos estados é que o ICMS sobre os combustíveis responde por cerca de 20% a 30% de sua arrecadação total. Segundo os entes federados, as desonerações impostas a partir de 2022, somadas ao congelamento de alíquotas e à transição para o novo modelo unificado, provocaram perdas severas de receita, especialmente em períodos inflacionários.

Para justificar a recomposição atual, o Comsefaz defende que o reajuste cumpre os parâmetros de atualização da Lei Complementar, utilizando as médias de preço de mercado aferidas pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). "Os governos estaduais alegam que a correção é indispensável para reequilibrar as contas públicas e garantir o orçamento de áreas essenciais, como saúde, educação e segurança, diante do encarecimento global dos insumos de refino", ressalta Rodrigues.

A atualização, no entanto, também gera preocupação para as distribuidoras. No Distrito Federal, o Sindicombustíveis-DF manifestou preocupação em relação ao aumento da pressão tributária. A entidade afirma que emite alertas sobre esses reajustes sucessivos há quatro anos. Segundo a organização, as elevações atingem itens essenciais para a sociedade e para o funcionamento da economia.

O presidente do Sindicombustíveis DF, Paulo Tavares, esclareceu que os postos não estipulam a carga tributária. Os estabelecimentos atuam apenas como a ponta final da cadeia comercial, etapa na qual os preços de aquisição já integram todos os impostos devidos.

A representação sindical reconhece o peso da arrecadação para viabilizar os serviços públicos prestados pelo Estado. Apesar disso, reforça a necessidade de avaliar os impactos acumulados dessas altas sucessivas na dinâmica econômica e na preservação do poder de compra da população. "Entendemos a importância da arrecadação para o financiamento dos serviços públicos, mas consideramos necessário discutir os efeitos acumulados desses reajustes sobre a economia e o poder de compra da população", diz Tavares.